

MUDANÇAS SINTÁTICO-SEMÂNTICAS DE VERBOS NO PB

Marcelo Giovannetti Ferreira Luz (UFRR)

giovannetti@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as mudanças sintáticas e semânticas ocorridas em alguns verbos da língua portuguesa, em especial no que concerne à questão da regência. Assim, buscando fornecer uma descrição mais atual das valências verbais e sua relação com a composição do significado da sentença, tomamos como pressuposto teórico a sintaxe gerativa e a semântica formal, buscando discutir o caso específico do verbo "dar", que sofreu algumas modificações, tanto sintáticas quanto semânticas, ao longo dos anos, em especial, no final do século XX, início do XXI. Tomamos como corpus sentenças produzidas por falantes nativos da língua portuguesa, encontrados em sites e conversas informais, a fim de verificarmos como se dão as novas construções verbais em relação à regência, mostrando sua interferência no significado composicional da sentença. Podemos observar que as mudanças linguísticas não afetam apenas o léxico, mas também produzem alterações sintático-semânticas nas línguas.

Palavras-chave: Diacronia, mudança, perífrase verbal.

Mioto (2013, p. 35) afirma que “todas as línguas mudam”. Essas mudanças não se dão apenas em relação ao léxico; elas também afetam a organização sintagmática dessas palavras e os aspectos semânticos de uma língua, como nos mostram os trabalhos de Linguística Histórica. No que concerne à ordenação sintagmática das palavras nas sentenças, podemos verificar uma alteração de ordem na colocação pronominal no português, uma língua em que tínhamos como norma três tipos de ordenação pronominal, quais sejam, a próclise, a ênclise e a mesóclise e, já no início do século XX, mudanças promoveram uma certa predominância da pré-posição pronominal em detrimento às outras duas possibilidades. Embora alguns paladinos da gramática tradicional, na pior acepção que esse adjetivo pode possuir, ainda tentem reforçar uma necessidade de se respeitar às normas, como uma forma de tentar coibir as mudanças certas promovidas na língua, o que o uso nos mostra é que há, indubitavelmente, uma mudança perene na língua que falamos, tanto sintática quanto semântica.

O famoso poema de Oswald de Andrade, “*Pronominais*”, escrito nas primeiras décadas do século XX, como uma forma de crítica à poesia parnasiana, símbolo de um estilo de escrita sofisticado, que primava pela

forma, em relação ao conteúdo, nos mostra que aquela língua preconizada até o final do século XIX não era mais aquela que se usava no dia a dia, pelos falantes nativos da língua portuguesa do Brasil, com todas as regras de colocação pronominal que a “norma culta”, baseada em uma língua falada além-mar, preconizava; mas mostrava, na verdade, que a língua brasileira, o português brasileiro, tinha sofrido mudanças, como toda e qualquer língua “viva”, o que promoveu uma nova reparametrização, o que levou, ao longo do processo, a uma alteração na ordem da colocação pronominal. Assim, a famosa *mesóclise* sofreu um forte enfraquecimento, ocorrendo, quando muito, apenas em textos altamente formais, como em leis, por exemplo; alguns tempos verbais também sofreram com essa mudança: o *pretérito-mais-que-perfeito* foi substituído por sua perífrase, formada pelo auxiliar *ter* + *particípio passado*. Assim, no lugar de “*O exame fora realizado no dia anterior à viagem do professor*”, temos “*O exame tinha sido realizado no dia anterior à viagem do professor*” ou “*O exame foi realizado no dia anterior à viagem do professor*”, mostrando a possibilidade de termos o passado simples, na forma passiva, no lugar do pretérito-mais-que-perfeito.

É importante percebermos que, no caso da “perda” morfológica do pretérito-mais-que-perfeito simples, tal mudança não produziu mudanças semânticas na língua, uma vez que tal tempo foi substituído por uma forma verbal composta, produzindo o mesmo sentido, qual seja, de um evento que ocorreu no passado, anteriormente a um outro evento também no passado – o que caracteriza o tempo chamado “mais-que-perfeito”. Dessa forma, embora tenha havido uma mudança na morfologia verbal, a semântica do verbo não sofreu alterações, ou seja, tanto “*tinha sido realizado*” quanto “*fora realizado*” têm o mesmo significado, isto é, indicam que o evento de realização do exame ocorreu em um momento anterior a um outro evento, qual seja, o da viagem do professor. Neste caso, temos uma mudança na morfologia do verbo que não implica uma mudança em sua semântica.

Além de mudanças na morfologia da língua que não produzem, necessariamente, alterações em sua semântica, podemos observar, igualmente, mudanças no âmbito sintático que, da mesma forma, não promovem a alteração na significação linguística da sentença. Um caso clássico de tal mudança está relacionado à regência verbal. Tomemos, como exemplo, o clássico caso do verbo “assistir”; segundo a Gramática Normativa, teríamos três significados para tal verbo, dependendo de seu comportamento sintático referente à regência: *intransitivo*, *significando*

“residir, morar”; transitivo direto, significando “auxiliar, ajudar”; e transitivo indireto, significando “ver, presenciar”. Contudo, uma simples conferência no uso quotidiano, em textos jornalísticos, documentos, entre outros que podemos considerar fazerem uso da norma-padrão culta do português brasileiro, podemos observar construções sintáticas em que o verbo “assistir” é usado com regência transitiva direta, como em “A torcida assistiu o jogo eufórica”, embora tenha significado de “ver, presenciar”, caracterizado como sendo um significado prototípico desse verbo em construções transitivas indiretas, regido pela preposição “a”. Uma possível explicação para essa mudança na regência do verbo *assistir*, um aspecto sintático, pode estar relacionada a uma perda semântica do mesmo, isto é, ao fato de ele não ser mais utilizado pelos falantes com o significado de “auxílio, ajuda”, tampouco significando “residir, morar”. Com a “cristalização” de um único significado para este verbo – ver, observar, presenciar – a necessidade de marcação sintática para diferenciar seus significados não se faz presente, o que é indicado pelo baixíssimo uso da preposição “a” junto a este verbo, para significar “ver, presenciar”.

Como podemos ver, mudanças morfossintáticas estão presentes no português brasileiro, desde sempre, uma vez que o processo de reparametrização se dá constantemente em todas as línguas. Dessarte, a ciência que descreve as línguas – a linguística – precisa considerar tais mudanças estruturais por que passam seu objeto de estudo, de modo que as descrições possam refletir o que realmente ocorre nos sistemas linguísticos. Essas descrições devem levar em consideração aspectos formais e simbólicos, promovendo uma relação intrínseca entre forma e significado, mostrando que alterações no significado são produzidas – se são – por quais mudanças na forma ou nas relações entre as formas. Isso faz com que descrições feitas de um estado de língua, por exemplo, aquele do século XIX, não sejam mais tão produtivas para o estado atual em que a língua se encontra, haja vista terem ocorrido tanto mudanças na forma, quanto no significado da língua, como fica claro ao verificarmos que há palavras que caíram em desuso, como “broto” (garota nova e bonita), “coroa” (pessoa de mais idade, tal como o pai ou a mãe), entre outras.

Essas mudanças também ocorrem na sintaxe na língua, afetando concomitantemente sua semântica, como podemos observar em exemplos do uso corriqueiro da língua:

- a) Será que dá?
- b) De São Paulo a Brasília dá quase 1000 km.

- c) De São Paulo a Brasília dá mais ou menos 1 hora de avião.
- d) Garçon, quanto deu?
- e) Deu! Não quero mais.
- f) (...) se ao te conhecer dei pra sonhar (...)
- g) Dei uma pensada no assunto.
- h) Dei uma cabeçada na porta.
- i) Dá de ver a ilha do Campeche aqui de casa.

(OLIVEIRA *et alii*, 2013, p. 149)

Segundo a gramática tradicional, o verbo “dar” é verbo transitivo direto e indireto, cujo objeto indireto é regido pela preposição “a”. Entretanto, tal “explicação” restringe-se a um único significado, qual seja, aquele que considera o verbo “dar” como significando a transferência de posse de um objeto de um sujeito a outro, como, por exemplo, em “Pedro deu o livro a Maria”, em que a posse do livro é transferida de Pedro para Maria. Não obstante, como ficariam caracterizados os significados de “dar” nas sentenças apresentadas e a) a i)? A sintaxe do verbo diz que ele é triargumental; contudo, os exemplos nos mostram construções monoargumentais e, até mesmo, sem argumentos, que possuem um significado completo, como em “Garçon, quanto deu?” e “Deu! Não quero mais.” (*op. cit.*). Isso nos mostra que é preciso uma reflexão mais acurada sobre as valências verbais, de modo que se possa explicar quais mudanças houve nelas e o que essas mudanças produzem de modificações no âmbito do significado das sentenças. Evidentemente, tais transformações não ocorreram apenas com o verbo “dar”; contudo, ficaremos nesses exemplos para tentarmos compreender um pouco melhor as mudanças de significado desse verbo em relação à sua valência.

A gramática normativa tradicional restringe-se a explicar o significado do verbo “dar”, baseando-se no seu funcionamento sintático como verbo bitransitivo, que necessita de um objeto direto, caracterizado semanticamente como “tema”, e outro indireto, caracterizado como “alvo”, o que completaria seus argumentos, formando um predicado saturado, apto à interpretação, ou seja, à verificação de suas condições de verdade. Assim, o significado de uma sentença como “Claudio deu um livro para Ana” é verdadeiro se, e somente se, $(c,l,a) \in \{(x,y,z): x \text{ DAR } y \text{ PARA } z\}$ ¹, respeitando, dessa forma, a transitividade do verbo “dar”. Entretanto, se estudar a gramática é, de alguma forma, em algum sentido, procurar compreender a relação entre forma e significado nas línguas naturais,

também devemos dar conta de explicar sentenças com o verbo “dar” que não se adaptam tão perfeitamente à descrição normativa desse verbo, como as enumeradas de a) a i) e as que se seguem, abaixo:

- i) **João deu uma maçã.**
- ii) **João deu uma maçã para Maria.**
- iii) **João deu para Maria.**
- iv) **João deu uma para Maria.**
- iv) **João deu uma com Maria.**
- v) **João deu uma.**
- vi) **João deu.**

Exceto pela sentença em ii), todas as outras não respeitam a valência do verbo “dar” definida pela gramática tradicional. Não obstante, todas essas sentenças possuem um significado, ou seja, podem ser interpretadas sem muito esforço por qualquer falante nativo de língua portuguesa; ao observarmos as condições de verdade expressas pelo verbo “dar” apresentadas mais acima, notamos haver uma relação de pertencimento entre os elementos de um determinado conjunto (dos que deram, do que foi dado e dos para quem foi dado). Assim, por exemplo, se João (j) não pertencer ao conjunto (x, y, z), então a sentença “João deu um livro para Ana” é falsa, e sua interpretação não corresponderá a um evento no mundo. Contudo, como interpretar as sentenças de i) a vii), se não sabemos, por exemplo, um dos elementos presentes na sentença? Tal interpretação é possível? A resposta para a segunda pergunta é afirmativa; sim, é possível interpretá-las, uma vez que, como dito anteriormente, qualquer falante nativo de português não teria grandes dificuldades para saber seus significados. A primeira pergunta é um pouco mais delicada, uma vez que leva em consideração aspectos relacionados às mudanças semânticas existentes na língua, como por exemplo, a alteração do significado relacionada à ausência de um constituinte, ou parte dele, devido a este ser “censurado” em seu uso.

Nas sentenças de iii) a vii), sabemos da existência de categorias vazias, uma vez que elas são necessárias para respeitar os princípios do Critério θ , sem os quais essas sentenças se tornariam agramaticais; para conferir isso, basta que não pressuponhamos nenhuma categoria vazia que retome por anáfora algum determinante preposicionado preexistente na sentença. Contudo, não seria estranho verificarmos a existência desse DP nas sentenças acima, sem matriz fonética; para verificarmos tal fato,

basta substituímos a *ec* por um pronome, por exemplo em “João deu *ec* para Maria” por “João deu *ele* para Maria”, para observarmos a existência de uma *ec pronominal*, conhecido como *pro* (prozinho). Mas, como a existência desse elemento anafórico pronominal realizado como uma categoria vazia contribui para a composição do significado da sentença e para a explicitação da mudança na valência verbal de “dar”?

Usualmente, as sentenças i) e ii) são interpretadas composicionalmente, de modo que cada sintagma contribui para a composição do significado da sentença em que aparece. Entretanto, nas sentenças de iii) a vii) o significado é dado pela interpretação da categoria vazia que leva em consideração a interdição de determinadas palavras, principalmente aquelas relacionadas a tabus, como o sexo. Voltando às referentes sentenças:

iii) **João deu para Maria.**

iv) **João deu uma para Maria.**

v) **João deu uma com Maria.**

vi) **João deu uma.**

vii) **João deu.**

Uma análise tradicional das sentenças nos levaria a afirmações do tipo: “São sentenças incompletas, e por isso, fora de contexto, não é possível dizer seu significado”; até certo ponto, essa afirmação é verdadeira. Contudo, se olharmos um pouco mais detidamente essas sentenças, verificaremos aquilo que afirmamos mais acima: todas elas são perfeitamente interpretáveis pelos falantes de língua portuguesa. Tal constatação se deve ao fato de que as cenas em que tais sentenças são produzidas permitem a recuperação dessas categorias vazias, quer seja pelo contexto imediato, quer seja por uma interpretação relacionada à interdição de certas formas linguísticas.

A mudança linguística relacionada à valência do verbo “dar” promoveu uma ressemantização desse verbo, que passa a significar, também, manter relações sexuais. Constatamos, então, que fatores exógenos produzem transformações internas no sistema linguístico, ou seja, o fato de a temática “sexo” ainda ser um tabu em nossa sociedade produz mudanças linguísticas para que seja possível continuar falando sobre tal tema, sem que se sofra censura. Dessa forma, as categorias vazias nas sentenças acima são interpretadas, considerando-se a ausência desses DPs, como sintagmas relacionados ao ato sexual; desse modo, “João deu para

Maria” significa que João transou com Maria; de fato, a sentença deveria ser “Maria deu para João”.

Observe-se que as sentenças iv) e v) têm, respectivamente, uma interpretação anafórica e outra pronominal; contudo, agora, tal interpretação está relacionada às diferentes preposições presentes nas sentenças. Com a preposição “para”, o sintagma formado por “uma + NP” não possui uma interpretação tão livre quanto a que ocorre com a preposição “com”; isso implica uma certa restrição na seleção do que pode acompanhar esse determinante; já com a preposição “com”, “dar uma *ec*” passa a significar “transar”. Assim, a sentença “João deu uma com Maria” é verdadeira se, e somente se, $\exists (j, m) \in \{(x, y); x \text{ transa com } y\}$ ¹. Interpretação semelhante ocorre em vi), embora não tenhamos o adjunto introduzido pela preposição “com”, o que faz com que o significado de “João deu uma” seja verdadeiro se, e somente se, $\exists j \in \{(x); x \text{ transa}\}$ ¹. Isso implica uma alteração no comportamento sintático do verbo “dar”, de modo que ele passa a poder ocorrer sem complemento.

Uma ligeira mudança de significado também pode ser observada pela presença de um NP que acompanhe o Det “uma” ou a ausência completa do DP complemento do verbo “dar”, como em vii), “João deu”. Como dissemos, “João deu uma” significa, basicamente, “João transou”, sem indicar de que modo foi sua participação no ato sexual, ou seja, sem explicitar sua passividade ou agentividade na relação; entretanto, ao observarmos a sentença vii), verificamos que a ausência completa do DP complemento do verbo produz uma interpretação diferente para a sentença, indicando não apenas o evento “transar”, mas também a forma como o participante se apresenta nesse evento. É importante ressaltarmos que tais interpretações não estão considerando as categorias vazias presentes nessas sentenças como anafóricas, isto é, não há um DP explícito em outra sentença sendo retomado, como ocorre, por exemplo, em “João comprou um presente e deu para Maria”, em que as duas categorias vazias retomam, respectivamente, os DPs “João” e “um presente”. Essas categorias vazias estão presentes no lugar de um DP ou um NP que não pode estar explícito por questões referentes ao tabu linguístico presente em nossa sociedade; isso produz uma mudança nas características sintáticas e semânticas do verbo “dar”, de modo que a ausência de um complemento também seja importante na composição do significado da sentença; ou seja, o vazio também significa simbolicamente na construção composicional da sentença.

Essas análises que tomam em consideração as categorias vazias

como complemento do verbo “dar” são feitas baseadas na classificação desse verbo como “pleno”; entretanto, também temos ocorrências do verbo “dar” em que este se comporta como verbo leve, especialmente em construções do tipo “dar uma X-ada”. Oliveira *et alii* (2013, p. 151-152) afirmam que

Não há muito consenso a respeito dos verbos leves na literatura: para alguns autores, os verbos leves apresentam uma semântica relativamente vazia, são simples portadores das marcas de tempo e concordância, enquanto para outros autores, os verbos leves formam um predicado complexo com o nome deverbal. Vejamos os exemplos abaixo:

(i) **a João deu uma martelada na mesa.**

b O cachorro deu uma mordida na criança.

Nos dois casos, o verbo *dar* não reage ao tipo de agente da sentença [\pm humano], ou seja, não faz restrição de seleção; parece que o que seleciona o argumento externo é o nome deverbal *martelada* e *mordida*, respectivamente. Tanto que uma sentença como *O cachorro deu uma martelada na mesa* não é semanticamente possível.

A questão, agora, é: podemos considerar construções como “João deu uma para Maria” e “João deu uma com Maria” como sendo do tipo das que contêm verbos leve? A resposta é afirmativa para a segunda sentença, em que poderíamos ter um NP deverbal como preenchendo a categoria vazia, em que teríamos “João deu uma transada com Maria”; mas negativa para a primeira, em que a categoria vazia precisa ser, necessariamente, do tipo referencial, como “flor”, “aliança”, “notícia” etc. Ademais, as construções com verbos leve, do tipo “dar uma X-ada”, apresentam nuances de significado em relação às suas paráfrases com verbos plenos, como podemos observar nas sentenças iia. e iib. Abaixo:

(ii) **a João deu uma martelada no prego.**

b João martelou o prego.

Embora o substantivo *martelada* seja derivado do verbo *martelar*, as sutilezas de significado se fazem sentir claramente – *dar uma martelada* é bem diferente de *martelar*, de modo que *martelar* produz, de certa maneira, um sentido de duração maior da ação, enquanto que *dar uma martelada* cria um sentido de incompletude, de não efetivação plena ou duradoura da ação, ou seja, mais uma vez, percebemos que as nuances de significado são muitas entre verbos plenos e verbos leves.

Nesse sentido, observamos que as mudanças linguísticas não afetam tão somente o léxico – em seus aspectos fonológicos e morfológico –, mas também aspectos sintáticos que, por conseguinte, refletem em mo-

dificações nos aspectos semânticos da língua, como pudemos observar pela breve exposição e análise do comportamento do verbo “dar”, em algumas construções da língua portuguesa. Dessa feita, fica claro que mudanças presentes na sintaxe das línguas afetam, em última instância, sua semântica, produzindo significados outros com o mesmo material linguístico, sendo necessário um olhar mais acurado sobre tais fenômenos, para descrevê-los, analisá-los e compreendê-los. A mudança de uso de verbos plenos para a perífrase verbal, com verbos leves, afeta a composição do significado da sentença, alterando a aspectualidade do evento representado na sentença.

1. Conclusão

Neste trabalho, buscamos verificar a mudança de comportamento de alguns verbos em relação à sua valência e relacionar tal mudança sintática a aspectos semânticos. Pudemos verificar que, via de regra, as mudanças promovidas fazem com que verbos plenos passem a ser utilizados, preferencialmente, em perífrases verbais, como verbos leves, como uma forma de produzir algumas nuances de significado, principalmente quando se tem como complementos de tais verbos sintagmas tidos como tabus sociais. Nesse sentido, verificamos que a alteração da transitividade verbal pode estar relacionada, em alguma medida, com fatores externos ao sistema linguístico, isto é, a fatores semânticos; em última instância, esses fatores semânticos seriam os responsáveis por produzirem modificações sintáticas no que se refere à valência verbal. Ademais, notamos também que essas mudanças na valência agem sobre a aspectualidade dos verbos, que passam a adquirir determinados sentidos em decorrência de apresentarem ou não seus complementos fonologicamente produzidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. *Novo manual de sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, R. P.; BASSO, R. M.; QUAREZEMIN, S. *Construindo gramáticas na escola*. 8º período – Florianópolis: UFSC/CCE/DLLE, 2013.

PEZATTI, E. G. *A ordem das palavras no português*. 1. ed.- São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SILVA, R.V.M. *Caminhos da linguística histórica – “ouvir o inaudível”*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.